

CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa de Saúde São Lucas S.A., CNPJ 30.537.740/0001-22, é pessoa jurídica de direito privado, constituída em sociedade anônima de capital fechado, com capital de R\$ 3.250.000,00, dividido em 870.152 (oitocentas e setenta mil, cento e cinquenta e duas) ações, das quais, 582.844 (quinhentas e oitenta e duas mil, oitocentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas e 287.308 (duzentas e oitenta e sete mil, trezentas e oito) ações preferenciais nominativas, ambas sem valor nominal.

Tem como finalidade estatutária, conforme capítulo I do estatuto social, a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar em todas as especialidades e atividades de plano de saúde.

NOTA 2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis, a sociedade seguiu rigorosamente os preceitos estabelecidos pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais introduziram importantes modificações nos artigos da Lei 6.404/76. Tais alterações tratam de aspectos cruciais relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, com o objetivo de modernizar e aprimorar a transparência das informações financeiras das empresas no Brasil. A Lei 11.638/2007, por exemplo, trouxe a obrigatoriedade de novas práticas contábeis, como o reconhecimento de ativos e passivos no balanço patrimonial, além de especificar a forma de mensuração de determinados elementos financeiros, com ênfase na adequação ao padrão internacional de contabilidade.

Além disso, a sociedade adotou também as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC PME, que se aplica especialmente às pequenas e médias empresas. Este pronunciamento foi elaborado com o intuito de simplificar e adaptar as normas contábeis às necessidades específicas desse tipo de empresa, garantindo que as demonstrações contábeis sejam preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, mas com uma abordagem menos complexa e mais adequada à realidade dessas organizações. Vale destacar que, em situações onde o CPC PME não prevê diretrizes específicas, a sociedade observa, de maneira subsidiária, as orientações contidas no CPC 26, que trata das normas de apresentação das demonstrações contábeis de empresas de médio porte.

Todos esses pronunciamentos, tanto as leis quanto os pronunciamentos técnicos, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, posteriormente, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A adoção desses padrões busca não apenas atender às exigências legais, mas também assegurar a transparência, consistência e comparabilidade das informações contábeis,

fundamental para a tomada de decisões por parte de investidores, credores e outros stakeholders, além de contribuir para a harmonização das práticas contábeis brasileiras com os padrões internacionais de contabilidade, promovendo maior confiabilidade e robustez nas informações financeiras divulgadas.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, que reflete o valor de aquisição original dos ativos e passivos, sem ajustes por variações de mercado. No entanto, houve uma exceção para o imobilizado, que foi avaliado pelo valor justo. Essa abordagem considera o valor de mercado atual dos ativos, proporcionando uma estimativa mais precisa, especialmente para bens de longo prazo, como imóveis e equipamentos. A escolha do valor justo para o imobilizado visa refletir melhor as condições do mercado, enquanto o custo histórico é mantido para os demais ativos, equilibrando simplicidade e precisão nas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Isso significa que todas as transações e saldos são reportados com base no valor da moeda corrente do Brasil, refletindo a realidade econômica da empresa e facilitando a análise de sua posição financeira no contexto nacional. A escolha do Real como moeda funcional está alinhada com as práticas contábeis e legais, considerando que a Sociedade realiza suas operações predominantemente no território brasileiro.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Os valores contabilizados nesses subgrupos correspondem à moeda em caixa, depósitos à vista em contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, além de outros recursos que apresentam as mesmas características de liquidez imediata. Esses ativos são facilmente convertidos em dinheiro, com baixo risco de variação de valor, o que os torna altamente líquidos e adequados para o cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo da Sociedade. A classificação desses recursos dentro de subgrupos específicos visa proporcionar uma visão clara da capacidade da empresa de honrar seus compromissos de forma ágil e eficiente.

b) **Convênios Diversos a Receber** – representam créditos faturados originados de contratos com operadoras de planos de saúde privados, o Sistema Único de Saúde (SUS) e clientes particulares. Eles refletem as receitas geradas pelos serviços prestados, sendo que, no caso das operadoras de planos de saúde e SUS, o pagamento é feito conforme os termos acordados nos contratos, enquanto os valores provenientes de clientes particulares são cobrados diretamente pelos serviços prestados. Esses créditos são essenciais para o fluxo de caixa da Sociedade, pois representam valores a serem recebidos em função das prestações de serviços já realizadas, contribuindo para a liquidez e a saúde financeira da empresa.

c) **Estoques** – correspondem aos materiais médico-hospitalares, medicamentos e materiais de uso e consumo diversos, que são reconhecidos pelo custo de aquisição. Eles são avaliados periodicamente para garantir que seus valores contábeis não ultrapassem o valor de realização, ou seja, o valor que a empresa espera obter com sua venda ou uso. Caso, durante essa avaliação, seja identificado que o valor registrado é superior ao valor de realização, uma provisão é constituída para ajustar

o valor dos estoques, assegurando que eles sejam refletidos de maneira mais fiel e prudente nas demonstrações contábeis. Esse processo visa garantir que os estoques não sejam superavaliados, refletindo de forma mais precisa a situação financeira e patrimonial da Sociedade.

d) **Imobilizado** – A Sociedade reconhece como ativo imobilizado os itens tangíveis quando: (a) são mantidos para uso na produção ou fornecimento de seus serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; (b) se espera utilizar por mais de um período; (c) for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a Sociedade; e (d) o custo do item puder ser mensurado confiavelmente. A Sociedade realiza, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, a fim de que sejam: (a) registradas as perdas de valor do capital aplicado, quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; e (b) revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação.

e) **Depreciações** – são calculadas com base no valor justo dos ativos imobilizados. Esse cálculo é realizado utilizando o método linear, o que significa que a depreciação é reconhecida de forma constante ao longo da vida útil estimada de cada bem registrado no imobilizado. A vida útil de cada ativo é determinada considerando o tempo estimado em que o bem será utilizado pela Sociedade, e a depreciação é distribuída igualmente durante esse período. O valor da depreciação é reconhecido como despesa no resultado da empresa, impactando diretamente o demonstrativo de lucros e perdas, e reflete a perda de valor dos ativos imobilizados à medida que são utilizados nas operações da sociedade.

f) **Investimentos** - Os investimentos no GS Plano Global de Saúde LTDA, que correspondem a 72,50% do seu patrimônio líquido, foram ajustados utilizando o método de equivalência patrimonial. Esse método visa refletir o valor do investimento com base na participação da Sociedade no patrimônio da investida, ajustado conforme a variação do patrimônio líquido da empresa investida. O resultado gerado por essa equivalência, seja positivo ou negativo, é reconhecido diretamente no resultado do exercício da Sociedade, impactando o demonstrativo de lucros e perdas. Assim, o método de equivalência patrimonial permite uma visão mais precisa do desempenho da investida, refletindo de maneira adequada os efeitos financeiros dessa participação no resultado da Sociedade.

g) **Custos dos Serviços Prestados** - São reconhecidos como custos os materiais médico-hospitalares, drogas e medicamentos, bem como os serviços médicos prestados por pessoas físicas e jurídicas. Esses custos são diretamente associados à prestação dos serviços de saúde e fazem parte do processo operacional da Sociedade. O reconhecimento desses custos reflete o valor gasto pela empresa para adquirir os insumos necessários à sua operação, como materiais e medicamentos, além dos gastos com a contratação de profissionais ou prestadores de serviços médicos. Esse processo de reconhecimento é essencial para a correta apuração do resultado operacional da empresa, garantindo que as despesas estejam adequadamente refletidas nas demonstrações contábeis, o que contribui para uma visão mais precisa da rentabilidade da Sociedade.

NOTA 4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As sobras de caixa são mantidas aplicadas em operações financeiras de baixo risco e alta liquidez, com o objetivo de permitir que a Sociedade possa rapidamente convertê-las em caixa. Essa estratégia visa garantir que a empresa tenha recursos disponíveis para atender a eventuais necessidades financeiras, como o cumprimento de obrigações de curto prazo. Ao adotar essas operações, a Sociedade assegura que, mesmo com as sobras de caixa, os recursos não ficam ociosos e podem ser facilmente acessados quando necessário, garantindo a continuidade das operações e a manutenção da saúde financeira.

NOTA 5 – CONVÊNIOS A RECEBER

A posição do Contas a Receber, em 31/12/2024, encontra-se assim constituída:

Descrição	2024	2023
Convênios Diversos a Receber	3.038.195	4.604.629
Convênios SUS	1.787.290	1.361.393
Contas a Receber Particulares	2.724.137	1.139.476
Contas a Receber - Convenio GS	337.461	2.045.553
Total	7.887.085	9.151.050

Compõe o montante de R\$ 7.887.085 de "Convênios Diversos a Receber", conforme quadro acima, os saldos a receber de diversos convênios, dentre os quais destaca-se Bradesco, CABERJ, Unimed, Fusma e Petrobras.

Já o montante referente ao SUS, encontra-se consubstanciado no contrato que a Sociedade mantém com esse órgão, com previsão de faturamento mensal de aproximados R\$ 600.000, o qual pode sofrer uma variação de até 5% para mais ou para menos, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro das partes.

NOTA 6 – ADIANTAMENTOS

A posição dessa rubrica, em 31/12/2024, encontra-se assim constituída:

Descrição	2024	2023
Adiantamento de Férias	114.803	150.213
Total	114.803	150.213

NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques mantidos pela Sociedade, em 31/12/2024, encontram-se assim constituídos:

Descrição	2024	2023
Material Médico Hospitalar	1.131.578	1.061.385
Drogas e Medicamentos	678.663	676.463
Material de Escritório e Papelaria	37.854	51.236
Material de Limpeza e Higiene	51.236	61.790
Material de Uso e Consumo	16.803	24.500
Material de Manutenção	26.547	23.591
Equipamentos de Proteção Individual	2.925	2.622
Gêneros Alimentícios	51.452	70.132
Total	1.997.058	1.971.719

NOTA 8 – INVESTIMENTO

O investimento no GS Plano Global de Saúde LTDA, no qual a Sociedade detém 72,50% do capital social, é sujeito à avaliação pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Sociedade no patrimônio líquido do GS é ajustada conforme as variações ocorridas nesse patrimônio. Em 31/12/2024, foi reconhecida uma variação positiva no patrimônio líquido do GS, a qual resultou em um resultado positivo de equivalência patrimonial para a Sociedade, no valor de R\$ 3.217.362. Esse valor foi devidamente registrado no resultado do exercício da Sociedade, refletindo a valorização do investimento e o impacto positivo dessa variação no desempenho financeiro da empresa.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

As variações sofridas no Imobilizado de 2023 para 2024 encontram-se demonstradas no quadro abaixo:

Descrição	2023	Aquisições	Baixas	Depreciação	2024
Móveis e Utensílios	281.682	143.380	-	-40.785	384.277
Veículos	59.827	0	-	-6.374	53.453
Instalações	257.999	126.422	-	-45.171	339.250
Máquinas e Equipamentos	4.071.424	425.432	-	-608.417	3.888.439
Computadores e Periféricos	70.711	19.781	-	-21.464	69.028
Imóveis	18.655.059	0	-	-233.188	18.421.871
Consórcio Bracesco Grupo 1.623 Cota 191	75.485	36.299	-	0	111.784
Consórcio Bracesco Grupo 1.598 Cota 317	83.424	0	-	0	83.424
Benfeitorias	7.455	0	-	-256	7.199
Terrenos	8.341.000	0	-	0	8.341.000
TOTAL	31.828.320	751.314	0	-955.655	31.623.979

A administração da Sociedade realizou uma análise cuidadosa do contexto interno e externo do negócio e concluiu que não existem indícios de qualquer natureza que possam ter contribuído para a desvalorização do imobilizado. Após essa avaliação, foi decidido que os itens do imobilizado estão devidamente demonstrados ao valor de mercado, refletindo com precisão o valor real dos bens. Além disso, as taxas de

depreciação aplicadas a esses ativos foram determinadas com base na vida útil econômica estimada de cada item, de forma a garantir que a depreciação reconhecida nas demonstrações contábeis esteja alinhada com a realidade do uso e desgaste dos bens. Dessa forma, a administração acredita que as informações apresentadas são consistentes e refletem de maneira apropriada o valor dos ativos imobilizados da Sociedade.

NOTA 10 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

A posição dessa rubrica, em 31/12/2024, encontra-se assim constituída:

Descrição	2024	2023
Salários a Pagar	606.413	618.454
FGTS a Recolher	210.985	248.306
INSS a Recolher	1.211.104	1.032.515
Outras Obrigações	170.104	161.046
Total	2.198.606	2.060.321

NOTA 11 – FORNECEDORES

A posição dessa rubrica, em 31/12/2024, encontra-se assim constituída:

Descrição	2024	2023
Fornecedores internos	283.980	2.123.771
Serviços Prestados a Pagar	41.764	240.916
Total	325.744	2.364.687

Quanto ao montante de R\$ 283.980 referente a Fornecedores internos, a Sociedade considera que não há concentração significativa dessas obrigações. Isso significa que esse valor está distribuído entre centenas de fornecedores, com a maioria dos saldos sendo de valores pequenos. Embora existam alguns fornecedores com saldos mais representativos, a distribuição é ampla e não há um risco concentrado associado a um número reduzido de credores. Dessa forma, a Sociedade entende que não há concentração excessiva que possa comprometer sua posição financeira ou gerar riscos desproporcionais em relação a esses compromissos.

NOTA 12 – EMPRÉSTIMOS

A posição dessa rubrica, em 31/12/2024, encontra-se representada pelo empréstimo de R\$700.000, contraído junto ao Banco Itaú, em 31 parcelas, das quais se encerrou em a primeira parcela com vencimento para dia 10/11/2023. Estando o mesmo reconhecidos no Balanço no curto e longo prazos da seguinte forma:

Passivo Circulante (Curto Prazo):

BANCO	2024	2023
Banco Adbank	0	0

Banco Itaú	270.969	218.499
TOTAL	270.969	218.499

Passivo Não Circulante (Longo Prazo):

BANCO	2024	2023
Banco Adbank	0	0
Banco Itaú	106.736	429.032
TOTAL	106.736	429.032

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

A posição dessa rubrica, em 31/12/2024, encontra-se assim constituída:

Descrição	2024	2023
ISS a Recolher	168.397	299.851
PIS a Recolher	64.510	36.557
COFINS a Recolher	297.916	350.075
ISS a Recolher - Contencioso	599.197	822.760
Outras Obrigações Fiscais	227.820	227.820
Total	1.472.662	1.737.063

O valor de R\$ 599.197, constante no quadro acima, refere-se a um processo judicial movido pela Sociedade contra a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, no qual se discute a obrigatoriedade do pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços). De acordo com o escritório de assessoria jurídica Fernandes Biar Dinoá Advogados, responsável pelo acompanhamento do processo, a probabilidade de a Sociedade perder a demanda é considerada como possível. Com base na avaliação da probabilidade de perda, conforme a norma CPC 25, não seria necessário o reconhecimento de provisão para esse passivo, mas apenas a divulgação da contingência em nota explicativa.

Contudo, a administração da Sociedade, adotando uma postura mais conservadora e utilizando de seu julgamento profissional, decidiu por manter o valor provisionado como uma medida de precaução, considerando a possibilidade de uma eventual perda no processo judicial. Essa abordagem visa garantir que a empresa esteja financeiramente preparada para o impacto de uma possível decisão desfavorável, refletindo o princípio da prudência nas demonstrações contábeis, e assegurar que os investidores e outros stakeholders tenham uma visão mais clara dos riscos envolvidos.

NOTA 14 – PARCELAMENTOS

A Sociedade mantém diversos parcelamento ativos, envolvendo diversos tributos e competências, sendo o PERT Previdenciário e PERT Demais Débitos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) e à Receita Federal do Brasil (RFB) os mais expressivos, cujo detalhamento e posição em 31/12/2024 encontram-se demonstrados no quadro abaixo:

Passivo Não Circulante (Longo Prazo):

Descrição	Valor
Parcelamentos	3.086.248
(-) Juros s/ Parcelamentos	-380.990
Total	2.705.257

Passivo Não Circulante (Longo Prazo):

Descrição	Valor
Parcelamentos	9.834.584
(-) Juros s/ Parcelamentos	-813.776
Total	9.020.807

Ressalta-se, ainda, que todos os parcelamentos mencionados nas tabelas acima, com exceção do parcelamento do ISS e do INSS Compensação, estão sujeitos à correção pela Taxa Selic, o que implica em um encargo da dívida. No entanto, esse encargo, em termos relativos, é considerado pouco significativo para a Sociedade, não representando um impacto expressivo nas suas obrigações financeiras.

É importante destacar que, entre os parcelamentos listados, estão inclusas diversas competências tributárias, tais como: Parcelamento COFINS, INSS, PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), INSS Compensação e PIS. Esses parcelamentos abrangem uma variedade de tributos e competências fiscais, sendo importantes para a regularização das pendências tributárias da Sociedade. A utilização da Taxa Selic para a correção das dívidas reflete uma prática comum no contexto fiscal brasileiro, mas, devido à sua relativa moderação, não compromete substancialmente a saúde financeira da empresa.

NOTA 15 – ACORDO JUDICIAL

A Sociedade firmou acordo judicial, conforme Instrumento de Transação, datado de novembro de 2017, para encerrar a ação judicial indenizatória, identificada pelo Processo nº 0000077-74.1992.8.19.0037, 2ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo, envolvendo o Espólio de Manoel Delmiro Amoedo Cima, cujo respectivo saldo a pagar foi encerrado em 2022.

NOTA 16 – PAHI – PROGRAMA DE APOIO AOS HOSPITAIS DO INTERIOR

A Sociedade recebeu subvenções governamentais da ordem de R\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos mil reais), em duas parcelas, sendo a primeira de R\$ 894.000, em 03/03/21, e a segunda de R\$ 306.000, em 10/11/21, proveniente do PAHI (Programa de Apoio aos Hospitais do Interior), instituído pela Resolução SES 2008, de 24 de março de 2020 da Secretaria de Estado de Saúde implementado pela Deliberação CIB-RJ 6.265, de 08 de outubro de 2020, da Comissão Intergestores Bipartite. Tais recursos foram originariamente reconhecidos no Passivo Não Circulante, como Receita Diferida, e apropriados ao resultado como receita, à medida de sua efetiva utilização na aquisição de ativos, cujo saldo, em 31/12/22, é de R\$ 186.593,91, de acordo com o CPC 07 R1, itens 3, 12, 15, 15 A, 16 e 18, emitido pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis. Em 2022, 2023 e 2024, não foi recebido zero valor relacionado a subvenções governamentais.

NOTA 17 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para este exercício foi elaborada a Demonstração dos Fluxos de Caixa (D.F.C.) de acordo com a obrigatoriedade da Lei 6.404/1976, no artigo 176, inciso IV e parágrafo 6º, uma vez que seu Patrimônio Líquido é superior a R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais). Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na Demonstração dos Fluxos de Caixa compreendem:

Caixa	79.214
Saldos em Bancos	119.070
Aplicações Financeiras de curto prazo	3.669.422
TOTAL	3.867.708

NOTA 18 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (D.R.E.)

Na Demonstração de Resultado do Exercício (D.R.E.), o resultado apresentado reflete exclusivamente as operações individuais da Casa de Saúde São Lucas, ou seja, não inclui os valores provenientes da equivalência patrimonial relacionados ao investimento nas atividades da controlada GS Plano Global de Saúde Ltda. Isso significa que, embora a Sociedade detenha participação na GS Plano Global de Saúde Ltda, os resultados financeiros dessa controlada, como o lucro ou prejuízo gerado pela empresa investida, não são incorporados diretamente à D.R.E. da Casa de Saúde. Em vez disso, esses resultados são reconhecidos de forma separada, conforme o método da equivalência patrimonial, e são apresentados em notas explicativas ou em outras demonstrações, mas não impactam o resultado operacional da Casa de Saúde de maneira direta.

NOTA 19 – RESULTADO DO PERÍODO DE APURAÇÃO

O Resultado do Exercício foi apresentado por um LUCRO LÍQUIDO de R\$ 1.879.730 (Um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e trinta reais).

Nova Friburgo – RJ, 31 de dezembro de 2024.

José Carlos Verbicário Dantas dos Santos Junior – Diretor Superintendente –
CPF 851.849.007-30

Vinícius do Couto Sousa – Contador - CPF 124.026.837-83 – CRCRJ 114950/O-8